


A VIDA E AS OBRAS DE CAROLINA MARIA DE JESUS PARA O COMBATE AO RACISMO NAS ESCOLAS POR MEIO DA PEDAGOGIA DECOLONIAL

THE LIFE AND WORKS OF CAROLINA MARIA DE JESUS FOR COMBATING RACISM IN SCHOOLS THROUGH DECOLONIAL PEDAGOGY

LA VIDA Y OBRA DE CAROLINA MARÍA DE JESÚS PARA COMBATIR EL RACISMO EN LAS ESCUELAS A TRAVÉS DE LA PEDAGOGÍA DECOLONIAL

 <https://doi.org/10.56238/arev8n4-004>

Data de submissão: 06/03/2026

Data de publicação: 06/04/2026

Daniel Aparecido Pereira

Mestrando em Educação

Instituição: Universidade Federal de São Paulo

E-mail: daniel.aparecido@unifesp.br

Michael Dias de Jesus

Doutorando em Educação

Instituição: Universidade Federal de São Paulo

E-mail: maicon.social@gmail.com

Leandro França Santos

Graduando em Pedagogia

Instituição: Centro Universitário Santa Rita (UNISAN)

E-mail: leandrofranca16@hotmail.com

RESUMO

Sabendo que o racismo opera na sociedade brasileira e, conseqüentemente, a escola não escapa dessa operacionalização, é urgente a busca por estratégias que combatam a mazela racial nas escolas. O objetivo desse texto é evidenciar como a vida e as obras de Carolina Maria de Jesus nos dão subsídios para atender à discussão supracitada. A hipótese deste trabalho é que a intelectual, por meio de seus manuscritos, produz uma pedagogia decolonial em conjunto com a Lei 10.639/03. Para tal, o método aplicado, neste texto, foi o da revisão bibliográfica. Desse modo, julgamos que novas pedagogias devem emergir a partir dos corpos que o ocidente tenta silenciar, visto que esses corpos ao produzirem saberes poderão refletir de maneira enfática sobre as demandas da sociedade brasileira e, no caso desse texto, essa reflexão é no campo da educação. Destarte, insistimos na defesa de que o espólio da produção de Carolina Maria de Jesus seja compreendido como uma possibilidade de práticas pedagógicas antirracistas decolonial.

Palavras-chave: Carolina Maria de Jesus. Práticas Pedagógicas. Pedagogia Decolonial.

ABSTRACT

Knowing that racism operates in Brazilian society and, consequently, that schools are not exempt from this operationalization, it is urgent to seek strategies to combat racial ills in schools. The objective of this text is to highlight how the life and works of Carolina Maria de Jesus provide us with resources to address the aforementioned discussion. The hypothesis of this work is that the intellectual, through her manuscripts, produces a decolonial pedagogy in conjunction with Law 10.639/03. To this end, the

method applied in this text was that of bibliographic review. Thus, we believe that new pedagogies should emerge from the bodies that the West tries to silence, since these bodies, by producing knowledge, can reflect emphatically on the demands of Brazilian society and, in the case of this text, this reflection is in the field of education. Therefore, we insist on defending that the legacy of Carolina Maria de Jesus's production be understood as a possibility for decolonial anti-racist pedagogical practices.

Keywords: Carolina Maria de Jesus. Pedagogical Practices. Decolonial Pedagogy.

RESUMEN

Conociendo que el racismo opera en la sociedad brasileña y, por consiguiente, que las escuelas no están exentas de esta operacionalización, es urgente buscar estrategias para combatir los males raciales en las escuelas. El objetivo de este texto es resaltar cómo la vida y obra de Carolina Maria de Jesus nos brindan recursos para abordar la discusión antes mencionada. La hipótesis de este trabajo es que la intelectual, a través de sus manuscritos, produce una pedagogía decolonial en conjunción con la Ley 10.639/03. Para ello, el método aplicado en este texto fue el de revisión bibliográfica. Así, creemos que nuevas pedagogías deben surgir de los cuerpos que Occidente intenta silenciar, ya que estos cuerpos, al producir conocimiento, pueden reflexionar enfáticamente sobre las demandas de la sociedad brasileña y, en el caso de este texto, esta reflexión se encuentra en el ámbito de la educación. Por lo tanto, insistimos en defender que el legado de la producción de Carolina Maria de Jesus se entienda como una posibilidad para prácticas pedagógicas antirracistas decoloniales.

Palabras clave: Carolina Maria de Jesus. Prácticas Pedagógicas. Pedagogía Decolonial.

1 INTRODUÇÃO

A luta por igualdade racial no Brasil não é uma coisa nova, ao olharmos para a história nos deparamos com diversos movimentos de ordem negra que surgiram desde que a primeira pessoa escravizada foi trazida de África. Essa constatação é importante para pensarmos como podemos continuar avançando nessa luta secular.

Obviamente, ao longo de cada período, alguns movimentos e/ou instituições ganhavam ou perdiam força, isso se dava de acordo com o nível de repressão à época. O mais importante dessa discussão é que tenhamos a consciência de que a população negra nunca foi pacífica no que tange ao enfrentamento do racismo e seus desdobramentos.

Essa dinamicidade de movimento pode ser percebida por vários momentos ao longo do Brasil colonial, independente do período em que esse movimento negro se estabeleceu. Gomes (2017) afirma que eles sempre foram educadores, sempre contribuíram pedagogicamente para a luta contra o racismo e, conseqüentemente, na formação das instituições.

Nesse sentido, consideramos que o correto é entender que, ao longo da história, temos movimentos dentro de um movimento, ou seja, temos diversas perspectivas e instituições em movimento contra o racismo, que, de algum modo, da sua maneira, enfrentaram/enfrentam de maneira incisiva a estrutura racial fincada no Brasil desde a escravidão.

Logo, ao ler movimento negro nesse trabalho, compreende-se que o mesmo é composto por diversos movimentos contra a escravização e pelo direito ao acesso de bens materiais e imateriais da população negra.

Num recorte de movimentos, podemos chamar atenção para o Movimento Negro do século XX, que teve uma das suas principais reivindicações a educação. O pós-abolição é entendido como uma falsa abolição por esse movimento, pois não houve nenhum tipo de reparação ou auxílio por parte do Estado Brasileiro. Isso fez com que milhares de pessoas negras não sentissem a mudança política estabelecida à época.

É nesse sentido que a educação entra como uma bandeira principal na luta negra, ela vem como a possibilidade da mudança e da reconstituição de humanidades e saberes arrancados por séculos no período escravocrata.

Entre as suas reivindicações, a educação se tornou prioritária, pois o analfabetismo e a lenta inserção nas escolas oficiais se constituíam um dos principais problemas dessa população para a inserção no mundo do trabalho (Gomes, 2017, p. 29).

Aqui podemos detectar dois problemas, o primeiro a exclusão educacional e o segundo consequência disso, a falta de emprego por conta da escolarização negra. Não bastava a luta pela inserção da população negra nos espaços escolares, o que ocorreu com o passar dos anos, surgiu mais uma faceta do racismo nesse processo, a discriminação racial nos espaços escolares e o apagamento das contribuições africanas e afro-brasileiras na construção do Brasil que deveriam constar nos currículos oficiais de ensino.

A população negra nos espaços escolares dá início, no sentido mais literal da palavra, a um movimento negro inserido nesses espaços, responsável por ressignificar conceitos e produzir novas epistemologias.

Uma dessas primeiras ressignificações foi a categoria e a discussão de raça. O que antes a sociedade brasileira se utilizava para subjugar, oprimir, excluir, assassinar, etc., o movimento negro politiza o conceito e o ressignifica como elemento positivo e emancipatório no sentido da identidade, ou seja, agora a discussão do ser negro tomava lugar de potência e subvertia o que já estava posto, para tal, os espaços escolares foram de suma importância para que isso fosse possível.

O Movimento Negro ressignifica e politiza a raça, compreendendo-a como construção social. Ele reeduca e emancipa a sociedade, a si próprio e ao Estado, produzindo novos conhecimentos e entendimentos sobre as relações étnico-raciais e o racismo no Brasil, em conexão com a diáspora africana. (Gomes, 2017, p. 38).

Assim, por meio da perspectiva de alternância em conjunto com o movimento negro e a educação, temos nos espaços escolares o que Gomes (2017) vai denominar de *Pedagogias que emergem*. A palavra emergir está ligada a vir à tona, mostrar algo, ou seja, evidenciar o que existe, mas que por algum motivo foi posto ao nível de invisível.

Usar o conceito de emergir foi uma felicidade por parte de Gomes (2017), pois nos ensina que as pedagogias relacionadas à população negra sempre estiveram nos espaços escolares, o que acontecia era um processo de invisibilidade e epistemicídio (apagamento de outros conhecimentos), e essa pedagogia estava lá pelos corpos que ocuparam os espaços de aprendizagem, os corpos pretos.

Na esteira dessas pedagogias que emergem, podemos destacar a Lei 10.639/03, que obrigou o ensino de cultura africana e afro-brasileira nos espaços oficiais públicos e privados de ensino. Consideramos essa Lei como uma pedagogia pela sua remodelação desses espaços, visto que a mesma possibilitou a alteração de currículos e práticas.

Ainda nesse contexto de pedagogias emergentes, nos deparamos com a que mais nos interessa nesse texto, a pedagogia que podemos considerar decolonial, aquela responsável pela inserção de novos sujeitos e saberes nos espaços de ensino. Na pedagogia decolonial, encontramos a oportunidade

de introduzir, para além de saberes, a vida e obra de quem sempre foi posto em um movimento excludente.

Assim, entendemos essa pedagogia como uma ação de decolonialidade fincada em novas perspectivas para além do que foi posto ao longo da história. Portanto, a partir dessa perspectiva de epistemologia do Sul, o objetivo deste texto é evidenciar que é possível estabelecer um diálogo decolonial sobre escola a partir de Carolina Maria de Jesus na perspectiva de práticas pedagógicas. Logo, discutir com alicerce nessa perspectiva supracitada nos possibilita outro prisma em relação à escola e seus ocupantes.

2 UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DE CONCEITOS: DA NEGAÇÃO COLONIAL À LEGITIMAÇÃO DECOLONIAL

Santos (2009) aponta que as práticas coloniais não deixaram de operar em nossa estrutura social, a negação do outro como um ser humano e de direitos continua latente no atual modelo de sociedade. Para além disso, essas negações irão reverberar em qualquer categoria que acometa a população categorizada como sub-humana.

Entretanto, é preciso reconhecer que essa perspectiva de ineficiência do outro enquanto sujeito em suas potencialidades não é unânime. E aqui cabe dizer que não estamos de universalidade, visto que essa dimensão, por vezes, o ocidente consegue imprimir seus valores, ciência, cultura entre outros como universal.

Por isso, é crucial reconhecermos esses lidos como “sub-humanos” pelo viés de produtores de conhecimento, cultura e valores para além do que o ocidente imprime. Ainda nessa discussão, entendemos que um ponto-chave para esse debate e reconhecimento, é a não perspectiva de igualdade entre esses saberes, não se trata disso, mas de reconhecimento como potencialidade independente da parte do globo em que esses povos ocupam.

Desse modo, é importante compreender como outros saberes são estratificados por um processo de invisibilidade e epistemicídio sistemático, que vigora para o impedimento dos reconhecimentos destes povos como produtores.

Para combater o supracitado, é fundamental que outros escritos, vivências, histórias e práticas sejam reconhecidos e aplicados. Santos (2009) denomina esse processo como pensamento pós-abissal. Pois, “o pensamento pós-abissal pode ser sumariado como um aprender com o Sul usando uma epistemologia do Sul”. (Santos, 2009, p. 44). O que também podemos chamar de decolonialidade, segundo Torres (2020).

Compreendemos que uma das primeiras discussões que devem ser elaboradas quando inserimos a concepção decolonial são as confusões semânticas e conceituais que a discussão provoca. Não é possível pensar decolonialidade sem discutir o oposto, a colonialidade. Nem tampouco debater essa mesma decolonialidade sem entender descolonização.

Os dois primeiros conceitos que vamos explorar adiante são os que se referem a colonialismo e colonialidade. Que semanticamente são parecidos, mas no seu desenrolar tomam proporções diferentes.

Segundo Torres (2020), o colonialismo foi todo movimento escravocrata ao longo da história, ou seja, toda ação destilada no período de escravidão é parte do colonialismo. Essa ação pode ser concebida desde o sequestro e tráfico de pessoas, até o modus-operandi dessa organização.

Colonialismo pode ser compreendido como a formação histórica dos territórios coloniais [...] colonialidade pode ser compreendida como uma lógica de desumanização humana que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais. (Torres, 2020, p. 28).

Já a colonialidade são os resquícios do colonialismo que estão vigentes em nossas estruturas e fazem parte dos nossos valores. Podemos entender que o colonialismo “deixou de existir”, mas fez sucessor que é a colonialidade.

O que impera em nosso meio, podemos chamar de colonialidade na perspectiva de Torres (2020), pois mesmo com o fim do colonialismo (podemos exemplificar com a escravidão), a colonialidade perpetua até os dias atuais, independente de como ou em qual época o colonialismo sucumbiu. Portanto, “[...] o fim do colonialismo não significou o fim das relações coloniais: estas últimas continuam se reproduzindo como desqualificações racistas do outro”. (Torres, 2020, p. 28).

Desse modo, enquanto as relações/instituições continuarem se estabelecendo pelo racismo, a colonialidade estará presente em nosso meio.

No que tange ao entendimento de decolonialidade e descolonização, ainda segundo Torres (2020), descolonização foi o momento na história onde os sujeitos enfrentaram e derrotaram o colonialismo, portanto, estamos falando de revoluções e reivindicações ao longo da história em que traficados e territórios eram disputados entre os ditos países “civilizados” com o apoio da escravidão.

A decolonialidade é a luta contra esses valores e estruturas que restaram desse processo, logo, nesse momento da história, estamos dando continuidade ao projeto de decolonialidade, sendo a luta contra as práticas e ações que subalternizam um povo, uma nação.

Desse modo, se a descolonização refere-se a momentos históricos em que os sujeitos coloniais se insurgiram contra ex-impérios e reivindicaram a independência, a decolonialidade refere-se à luta contra a lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos. (Torres, 2020, p. 36).

Assim, a compreensão de decolonialidade como um projeto é fundamental, visto que ela vai se construindo e reconstruindo ao longo da história e da luta contra o racismo.

Falamos aqui da urgência desse processo ser fortalecido e valorizado como novas possibilidades epistemológicas no que podemos denominar como concepção de mundo e vida. Outrossim, “a decolonialidade, portanto, tem a ver com a emergência do condenado como pensador, criador e ativista e com a forma de comunidades que se juntem à luta pela descolonização como um projeto inacabado”. (Torres, 2020, p. 46).

Nesse sentido, podemos encarar que a decolonialidade pode se aportar de certas pedagogias que emergem a partir da perspectiva de um projeto decolonial. Assim, temos aqui uma dessas concepções dessa pedagogia, a vida e as obras de Carolina Maria de Jesus como possibilidade antirracista nos espaços escolares.

Gomes (2020) aponta que a inserção de pessoas negras numa perspectiva decolonial nos espaços escolares é de suma importância, pois esses “novos” sujeitos trazem ao longo da vida discussões reais e que, ao serem transformadas em pedagogia, proporcionam “[...] um percurso de ruptura epistemológica e política no sentido de descolonizar os currículos e o próprio campo do conhecimento”. (Gomes, 2020, p. 224).

A compreensão de decolonialidade por parte da inserção da vida e das obras de Carolina Maria de Jesus, já pode ser detectada pelo corpo da escritora, estamos falando de uma mulher negra, mãe, que teve a oportunidade de estudar até a segunda série, catadora de papel, escritora, intelectual e recordista de venda, que ao longo da sua vida se expressou por meio de diversas técnicas para denunciar as mazelas que atingiam sua vida e seus pares, reconhecendo que uma das categorias que estruturam a sociedade é a raça.

Na esteira da decolonialidade o corpo de Carolina Maria de Jesus nos ajuda a refutar a universalidade que impera nos espaços escolares, ela nos possibilita evidenciar quem está sendo lida (falando) e trazendo novas epistemologias, práticas, é uma mulher preta.

É fundamental que a escola e seus agentes passem por esse processo de transgressão, dado que a mesma precisa reconhecer sua pluralidade e considerar o solo em que está fincada, assim como as contribuições culturais de diversos povos.

Outro ponto nessa discussão decolonial gira em torno de quem pode (deve?) produzir pedagogias. Numa concepção eurocêntrica, o primeiro ponto seria a titulação do sujeito, já na perspectiva decolonial que dá voz às pessoas que historicamente foram excluídas, isso não se sustenta.

Para o ocidente, Carolina Maria de Jesus jamais poderia ocupar essa posição de produção epistemológica de saberes porque só teve acesso até a segunda série. Portanto, para a colonialidade e suas reminiscências, a intelectual não obteve titulação suficiente para ser considerada parte do cânone e deve ser lida como analfabeta. Entretanto, a decolonialidade subverte essa lógica.

3 CONTRIBUIÇÕES PEDAGÓGICAS DECOLONIAIS EM CAROLINA MARIA DE JESUS

Numa outra perspectiva anti-hegemônica, costumamos dizer que Carolina Maria de Jesus é o próprio processo de decolonialidade por ele mesmo, Carolina Maria de Jesus é o invisível na perspectiva colonial. Porém, numa perspectiva do Sul, decolonial, essa mulher torna-se visível com potentes contribuições e consideramos indispensáveis seus escritos como aparato reflexivo no que tange à educação antirracista.

Desse modo, falar sobre a vida de Carolina Maria de Jesus e suas obras, implica tocar em questões como racismo, preconceito, marginalidade, entre outras. Pois, a escritora vivenciou e rebelou-se contra as mazelas de uma sociedade hostil em relação à sua raça, ao seu gênero e à sua condição sexual. (Toledo, 2016, p. 158).

É necessário que nessa reflexão as categorias raça, gênero e classe apareçam nesse debate (hooks, 2017). Aferimos que Carolina Maria de Jesus é uma possibilidade para refletir acerca da escola a partir dessas categorias.

É sabido que as marcas raciais estão nos corpos de quem ocupa a escola, desse modo, Carolina Maria de Jesus nos fornece elementos para localizar esses corpos como agentes atravessados pelas diferenças e desigualdades.

Essa posição fica visível quando ela aponta: “O José Carlos não quer ir na escola porque está fazendo frio e ele não tem sapato. Mas hoje é dia de exame, ele foi. Eu fiquei com medo, porque o rio está congelado. Mas o que hei de fazer?” (Jesus, 1960, p. 59).

Ora, quantos *José's* estão nos espaços escolares sendo negados? Desse modo, é fundamental que as escritas de Carolina Maria de Jesus sejam consideradas projeto emancipatório e decolonial no âmbito pedagógico.

As reflexões da educação e seus desdobramentos, principalmente a progressista, apontam para uma crítica acerca da escola numa perspectiva de transformação.

Essa concepção sempre traz análises sobre como quem ocupa as escolas deve ser pensado, assim como que os ambientes escolares devem ser tensionados e que a reflexão acerca da escola deve considerar os problemas e assim por diante. As obras de Carolina Maria de Jesus nos tiram desse mundo abstrato em que muitas vezes somos direcionados.

A intelectual nos ajuda a localizar quem são esses corpos que os espaços escolares nos apresentam, assim como quais são seus valores, dificuldades e problemas. Carolina Maria de Jesus, em diversos manuscritos, denunciou a realidade da fome, miséria, exclusão, desigualdade, racismo, machismo, etc. (Fernandez, 2019).

Ora, todas essas categorias estão inseridas na escola, não há como pensar escola sem compreender que a mesma está inserida na sociedade e esses valores sociais adentram os muros escolares.

Carolina Maria de Jesus é uma das peças que nos ajuda na construção de uma escola na perspectiva da decolonialidade. Pois, ela é uma possibilidade de produzir novos olhares e saberes acerca dos espaços escolares e seus agentes na dimensão de reflexão + ação, ou seja, é deslocar uma estrutura sustentada para manter o status quo e a reprodução das desigualdades. Carolina Maria de Jesus é o agir contra esse sistema.

Assim, entendemos que:

[...] o conhecimento não se reduz ao cânone, devendo ser constantemente atualizado e indagado pelas novas teorias, novas interpretações e por outros autores e autoras de diferentes pertencimentos étnico-raciais, de sexualidade, de diversas regiões do mundo. (Gomes, 2020, p. 239).

A intelectual é esse movimento, que mesmo sendo negada cânone, produziu conhecimento e pode estar nos espaços escolares como uma pedagogia¹ decolonial emergente.

Nesse emergir, encontramos uma riquíssima contribuição da intelectual para a inserção de uma pedagogia decolonial antirracista em conjunto com a própria denúncia ao racismo por parte de quem passou por esse processo de discriminação.

Não é possível trabalhar com essas questões sem que tenhamos um tom denunciático, é preciso denunciar o racismo de maneira evidente, visto que é “[...] uma realidade violenta”. (Kilomba, 2019, p. 17). Essa denúncia, quando parte do próprio corpo sequelado pela violência racial, ocupa um lugar de destaque na discussão, trazendo, assim, propriedade de causa e corpo à mesma. Os escritos de

¹ Jesus (2023) chama essa pedagogia de Carolinista. O autor vem demonstrando como a vida e as obras de Carolina Maria de Jesus fazem parte de um campo pedagógico na dimensão crítica e antirracista.

Carolina Maria de Jesus nos trazem essa dimensão. Ao relatar o seu cotidiano, a escritora narra cenas de racismo que ocorreram ao longo da sua vida.

Quando cheguei aqui em São Paulo, eu não sabia tomar bonde. Pensava: “Deve ser bom andar naquilo”. Parava em qualquer lugar, fazia sinal e o bonde passava. Eu exaltava e bradava: -- Eu vou pagar! Eu tenho dinheiro, olha aqui. Vocês não param o bonde por que sou preta? (Jesus, 2018, P. 76).

É pedagógica a passagem acima, Carolina Maria de Jesus nos demonstra como o racismo é uma violência que acontece no cotidiano de pessoas negras. A intelectual tinha que bradar para pegar o transporte público, um direito conquistado, porque os motoristas não paravam, e o não parar era detectado. Ela tinha consciência de que a cor da sua pele era a responsável por tamanha violência ocorrida numa simples tentativa de se transportar por meios públicos em São Paulo.

Outra percepção de violência racial por parte da escritora é a credibilidade da palavra entre pessoas brancas e negras. Segundo Carolina Maria de Jesus, o racismo faz com que pessoas negras, diante de pessoas brancas, não sejam lidas como portadoras de verdades, colocando essas pessoas numa posição de não legitimidade. Nas palavras dela, lemos que “na questão do negro com o branco, ninguém procura saber com quem está a razão. E o negro é quem acaba sendo o bode expiatório”. (Jesus, 2014, p. 65).

Ainda nessa discussão, de como a escritora nos ajuda na denúncia ao racismo, encontramos em seus manuscritos que, na sua infância, ela conseguiu detectar as diferenças a partir de raça.

Eu estava com cinco anos, achava esquisito aquelas cenas antagônicas, a minha mentalidade embrionária não me auxiliava a compreender aquelas divergências.
Se o negro passasse cabisbaixo, o branco xingava.
-Negro vagabundo! Eu não gosto dessa raça! Eu tinha essa raça para o comércio. (Jesus, 2018, p. 62).

A memória de Carolina Maria de Jesus nos coloca a refletir de que o racismo é tão violento que nem as crianças passam ilesas de sua percepção, mesmo que o ato não seja diretamente num corpo infantil, o fato de presenciá-lo e guardá-lo na memória é tão violento quanto.

Outro elemento que encontramos como denúncia na vida e obras de Carolina Maria de Jesus é o lugar em que o racismo insiste em colocar a população negra, em especial as mulheres negras.

A autora nos revela em um diálogo que: “eu disse: Meu sonho é escrever! Responde o branco: ela é louca. O que as negras devem fazer... é ir pro tanque lavar roupa”. (Jesus, 2018, p. 7).

Kilomba (2019) vai denominar essa fala por parte de uma pessoa branca como ações de políticas espaciais, que é quando o branco se incomoda com a presença da pessoa negra. Essas

políticas são carregadas de violência racial pelo espanto da perda dos privilégios, onde o corpo negro se torna uma ameaça iminente.

Aqueles e aquelas que são “diferentes” permanecem perpetuamente incompatíveis com a nação; elas e eles nunca podem pertencer, de fato, pois são irreconciliavelmente *Auslander*. “De onde você vem?”, “Por que você está aqui?” “Quando você pretende voltar?”. (Kilomba, 2019, p. 113).

Nesse mesmo processo, está a concepção de mordada também trazida por Kilomba (2019), o sujeito branco ao falar que as negras devem ir para o tanque, continua a retórica do medo de ler o que as mulheres negras têm a dizer.

A própria Carolina Maria de Jesus tinha essa dimensão de silenciamento ao afirmar que “quando o preto grita igualdade eles *põe* mordada”. (Jesus, 2021, p. 224).

Nesse sentido, encontramos na vida e obra de Carolina Maria de Jesus esse romper com o silenciamento no que tange à violência racial. A escritora é uma possibilidade decolonial a partir do seu próprio corpo para pensarmos novas produções, saberes e pedagogias.

Nos dizeres de hooks (2017), entendemos que a vida e obra da intelectual nos possibilita o movimento de transgressão, que é a transformação dos espaços e das práticas pedagógicas por meio de novos diálogos e ações, permitindo, assim, que outros olhares sejam possíveis à educação, valorizando outras produções e as inserindo numa perspectiva de sujeito nesses estabelecimentos.

Pedindo a todos que abram a cabeça para conhecer o que está além das fronteiras do aceitável, para pensar e repensar, para criar novas visões, celebro um ensino que permita as transgressões - um movimento contra as fronteiras e para além delas. É esse movimento que transforma a educação na prática da liberdade. (hooks, 2017, pp. 23-24).

Essas novas fronteiras e visões, em nosso entendimento, pelo viés da vida e obra de Carolina Maria de Jesus, é o da decolonialidade, pois ao inserir a vida e obra de uma mulher negra nos espaços escolares para nos ajudar a denunciar o racismo, estamos produzindo o que Rufino (2019) chama de giro epistemológico, que é o movimento de subverter a lógica posta e inserir o que era considerado subalterno e inutilizável.

E o início dessa tarefa árdua é a denúncia ao racismo, essa denúncia deve ser feita por uma mulher negra e intelectual, que nos ajuda a romper com toda e qualquer colonialidade fincada até aqui.

O ambiente educacional necessita reconhecer que não é neutro e que seus agentes não deixam suas trajetórias, vivências e subjetividades fora dos muros escolares. Essas categorias adentram o espaço de escolarização e a escritora nos fornece base de quem são esses agentes e como a escola necessita reconhecê-los.

Compreendemos que a escola é um ambiente marcado pelas diferenças, desigualdades e a perspectiva decolonial possibilita compreender essas categorias, bem como elas atravessam os espaços escolares.

Quando eu desperto custo adormecer. Fico pensando na vida atribulada e pensando nas palavras do frei Luís que nos diz para sermos humildes. Penso: Se o frei Luís fosse casado e tivesse filhos e ganhasse salário mínimo, aí eu queria ver se o frei Luís era humilde. Diz que Deus dá valor só aos que sofrem com resignação. Se o frei visse os seus filhos comendo gêneros deteriorados, comidos pelos corvos e ratos, havia de se revoltar, porque a revolta surge das agruras. (Jesus, 1960, p. 77).

Desse modo, é importante que a escola reconheça quem são seus agentes educacionais.

A escola precisa ser um ambiente de acolhimento para todos que a ocupam, assim, o modo de refletir educação deve considerar fatores que estão para além dos muros escolares (Bourdieu, 2012).

Não faremos uma educação decolonial sem a efetiva denúncia do racismo, é por isso que devemos nos apoiar na vida e obra da intelectual Carolina Maria de Jesus para termos sucesso nessa empreitada de combater o racismo e possibilitar a construção de uma sociedade plural e democrática.

Na perspectiva decolonial, Carolina Maria de Jesus refuta a ideia de que “todos os alunos são iguais” e que a “escola é igual para todos”. Visto que “a escola ela é multifacetária, as diferenças são evidentes, logo, necessita de um entendimento acerca da sua importância”. (Jesus, 2020, p. 27).

Através dos manuscritos de Carolina Maria de Jesus, essas falácias são derrubadas. É muito importante que a educação reflita acerca dos espaços escolares a partir da realidade escolar, é preciso que essa reflexão educacional localize de quem esses indivíduos a mesma fala.

Rufino (2019) aponta que a luta contra o colonialismo é uma tarefa que essas ações necessitam atravessar o mesmo, compreendemos esse atravessar como a criação de fendas numa estrutura que se coloca homogênea, mas que a partir de outras perspectivas epistemológicas possibilita sua recusa por meio de movimentos contra-hegemônicos e pedagogias, com no caso deste texto, “contudo, essas possibilidades, para manterem operando na luta por justiça cognitivas/sociais, terão de atravessar o contínuo colonial, terão que emergir como ações de transgressão e resiliência”. (Rufino, 2019, p. 37).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Carolina Maria de Jesus é ferramenta para pensar além das fronteiras, discutir educação a partir de uma mulher negra, catadora de papel, mãe solo e que residiu na favela por anos, nos torna libertos de pensarmos uma educação aos moldes coloniais.

Desse modo, enquanto a escola não reconhecer em suas reflexões as discussões pedagógicas supracitadas, não conseguirá abarcar todos os corpos que a ocupam, assim como, o real propósito da

educação. Gomes (2017) aponta que é necessário repensar a escola e dar visibilidade às trajetórias dos corpos que ocupam as escolas, assim como, o reconhecimento das diferenças sociais, raciais e de gênero.

Compreender a educação pelo viés decolonial é não reproduzir as desigualdades estruturantes, e Carolina Maria de Jesus fornece elementos de como não fazer essa reprodução a partir da escola, considerando as categorias raça, gênero e classe. Introduzir a pedagogia Carolinista é proporcionar o movimento transgressão (hooks, 2017).

Uma reflexão decolonial no campo da educação a partir de Carolina Maria de Jesus é uma possibilidade de repensar as ações acerca dos espaços escolares, é dar visibilidade numa perspectiva progressista aos corpos que historicamente são excluídos da escola.

Trazer a escritora como aporte teórico para a reflexão escolar é pontuar que os corpos ocupantes da escola são marcados por suas diferenças e trajetórias que, segundo Gomes (2017), é um movimento indispensável quando se pensa numa educação inclusiva, plural e democrática. Por isso, a nossa insistência pela vida e obras de Carolina Maria de Jesus nas escolas!

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **Escritos da Educação**. Org: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. 13 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- FERNANDEZ, Raffaella. **A poética de resíduos de Carolina Maria de Jesus**. São Paulo: Aetia Editorial, 2019.
- GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- GOMES, N. L. **O Movimento Negro e a Intelectualidade Negra Descolonizando os Currículos**. In: COSTA, J. B.; GROSGOUEL, R.; TORRES, N. M. (orgs). 2 ed. Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico, Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- HOOKS, Bell. **Ensinando a Transgredir: educação como prática da liberdade**. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.
- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Círculo do Livro, 1960.
- JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita**. São Paulo: SESI-SP editora, 2014.
- JESUS, Carolina Maria de. **Meu Sonho é Escrever**. Org: FERNANDEZ, Raffaella. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2018.
- JESUS, Carolina Maria de. **Casa de Alvenaria**. Vol. 2: Santana – São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- JESUS, Michael Dias de. **Carolina Maria de Jesus e a Filosofia da Educação: reflexões a partir da obra Quarto de Despejo na formação de professores**. Monografia (Especialização em Docência do Ensino Superior) – Instituto Federal de São Paulo, São Paulo, 2020. Acesso em: 20/02/2026.
- JESUS, Michael Dias de. **Práticas pedagógicas antirracistas: vida e obra de Carolina Maria de Jesus como conteúdo curricular na aplicação da Lei 10.639/03**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2023. Acesso em: 24/02/2026.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação – episódios de racismo cotidiano**. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- RUFINO, Luiz. **Pedagogia das Encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Epistemologias do Sul. In: MENESES, Maria Paula; SANTOS, Boaventura de Souza. (orgs). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.
- TOLEDO, Rilza Rodrigues. Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus: resgate da memória e construção da identidade. In: ARRUDA, Aline Alves; BARROCA, Iara Christina Silva;

MARRECO, Maria Inês; TOLENTINO, Luana. (orgs) **Memoralismo e resistência: estudos sobre Carolina Maria de Jesus**. Jundiaí: Pacto Editorial, 2016.

TORRES, Nelson Maldonado. “Analítica da Colonialidade e da Decolonialidade: algumas dimensões básicas”. In: COSTA, Joaze Bernadino; GROSGOUEL, Ramón; TORRES, Nelson Maldonado (orgs) 2 ed. **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.